



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681001 - SP (2021/0224087-4)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GABRIELA GALETTI PIMENTA - SP310845  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JULIO CESAR CELESTINO TESTA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JULIO CESAR CELESTINO TESTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2125888-13.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito no dia 19/05/2021, teve a custódia convertida em preventiva e restou denunciado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (fl. 150).

O impetrante sustenta que a prisão preventiva do paciente teria sido decretada sem fundamentação idônea que justificasse a medida, reputando ausentes os seus requisitos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que a custódia cautelar do paciente deveria ser reavaliada, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a substituição do cárcere por providências cautelares mais brandas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz,

DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 151-152):

Por fim, registre-se, por oportuno, que já foram adotadas medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos Sistemas de Justiça Penal e Socioeducativo por parte do poder público, como se depreende da Recomendação n° 62, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça, e da Portaria Interministerial n° 7, publicada em 18/03/2020, pelos Ministérios da Justiça e da Saúde para o enfrentamento da situação emergencial. Ademais, cumpre ressaltar que, até o momento, não há relatos de disseminação do vírus no interior dos estabelecimentos prisionais.

Além do mais, o Conselho Nacional de Justiça, em 15 de setembro de 2020, editou a Recomendação n° 78, que, em seu art. 1º, dispõe que as medidas previstas nos artigos 4º e 5º da Recomendação n° 62 não se aplicam às pessoas condenadas por crimes previstos na Lei n° 12.850/2013 (organização criminosa), na Lei n° 6.813/1998 (lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores), contra a administração pública (corrupção, concussão, prevaricação etc.), por crimes hediondos, como no caso da presente impetração, ou por crimes de violência doméstica contra a mulher.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020, tampouco à decisão do STF.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente